

Aconteceu

PP
DOC. GERAL

Bispos protestam contra fechamento de seminários

A decisão do Vaticano de fechar o seminário do Nordeste II e o Instituto de Teologia, ambos em Recife, teve repercussão negativa entre os bispos, comunidades e entidades que temem pela continuidade do ensino aberto. D. Helder Câmara, fundador das duas instituições, ficou indignado. O arcebispo de Recife não se manifestou, está de férias em Roma. Págs. 14, 15 e última página.

RENATO DOS ANJOS



Apelo Yanomami aos povos da terra

Davi Yanomami, prêmio Global 500 da ONU, enviou carta ao governo brasileiro denunciando as condições precárias dos índios em Roraima. Seu apelo engloba também a defesa de todos os povos indígenas e enfatiza que a sua maior preocupação é com as gerações futuras. Págs. 8 e 9.

Os Yanomami sofrem com a invasão do garimpo

CPT considera inútil o Estado de Defesa.
Pág. 13

Banco Mundial restringe financiamento a hidrelétricas.
Pág. 6

Brizola anuncia comício de 100 mil

O PDT está preparando para o Rio de Janeiro uma grande concentração para marcar o início da reta final da campanha do PDT. O comício deverá ser realizado ainda este mês, na Cinelândia, no centro do Rio. Antes, haverá passeata pelas principais cidades da Baixada Fluminense. Pág. 4.

174 mulheres presas na África do Sul

A polícia sul-africana deteve na Cidade do Cabo 174 mulheres que participavam de uma passeata até a embaixada da Grã-Bretanha, onde pretendiam entregar um documento denunciando a prisão de crianças pelo governo de minoria branca. Entre as manifestantes detidas estavam a mulher do arcebispo Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz de 1984, Leah Tutu, e uma turista americana, Kathy Cook, da Califórnia.

A passeata liderada pelas mulheres foi reprimida pelos policiais com bombas de gás lacrimogêneo. As leis de emergência vigentes desde 1986, quando foram decretadas para conter uma onda de manifestações anti-apartheid, proibem protestos públicos.

"Estou muito orgulhoso", disse o arcebispo Tutu ao saber da detenção de sua mulher. "Foram as mulheres quem nos ensinaram a organizar manifestações desse tipo", elogiou. As mulheres detidas foram colocadas em cinco camburões da polícia e impedidas de entregar o documento à embaixada britânica.

"Queríamos pedir à primeira-ministra Margaret Thatcher que intercedesse junto ao governo sul-africano para acabar com o enforcamento de nosso povo e a detenção de nossas crianças", disse Mary Barth, presidente da organização anti-apartheid Black Sash, que estava entre as detidas.

A África do Sul é o terceiro país do mundo - depois do Irã e Iraque - a aplicar a pena de morte. Mais de 30.000 pessoas, entre elas muitas crianças, foram mantidas presas sem acusação formal por períodos de até três anos desde 1986.

Cerca de 2.000 pessoas, desafiando a polícia, pararam na rua para aplaudir a passeata das mulheres, aos gritos de "Viva o Congresso Nacional Africano", a principal organização contra a segregação racial, banida pelo governo desde a década de 60. As detidas incluem ainda Dorothy Boesak, mulher do líder da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, Alan Boesak, e Dorothy Zihlangu, presidente da Federação das Mulheres Sul-Africanas.

Nos subúrbios de Athlone e Mitchell's Plain, também na Cidade do Cabo, a polícia antidistúrbio, apoiada por helicópteros e carros blindados, entrou em choque com crianças que queimavam pneus diante de quatro escolas. Os policiais invadiram uma escola secundária, revistaram sala por sala e prenderam seis alunos. Três crianças ficaram feridas.

Os estudantes se manifestaram em apoio a uma campanha do Movimento Democrático de Massas contra a segregação racial e as eleições parlamentares de 6 de setembro, que mais uma vez excluirão os negros. Os choques entre estudantes e a polícia têm sido quase diários há um mês. (JB, 31/8/89).

Prisões em toda a África do Sul

O arcebispo anglicano Desmond Tutu foi preso dia 4 depois que polícia dissolveu, com bombas de gás e chicotes, uma manifestação contra a exclusão da maioria negra na eleição geral. Tutu foi detido com mais três líderes religiosos e

levado para uma delegacia de polícia em frente à igreja metodista onde seria realizado o ato de protesto. Os quatro foram soltos menos de três horas depois. (JB, 05/09/89)

Aconteceu n° 515
04 a 18 de setembro de 1989

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Lígia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Ellane Lobato

Composição
Kátia Simões
Paulo Roberto S. Garcia

Produção Gráfica
Alcino Demby

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 15,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 25,00

Lula faz comício em Goiânia

O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, teve uma semana agitada passou a terça-feira, dia 5, em seu comitê trancado com assessores, preparando-se para o programa "Palanque Eletrônico" da Rede Globo. Depois de ser o tema da reportagem de capa da revista "Veja", participou de programa na TV Manchete no dia 4, e na

TV Globo dia 5. O resto da semana o candidato do PT usou para a campanha de rua.

Na quarta-feira, ao lado da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, Lula participou da "caminhada contra o imperialismo e a dívida externa" no centro de São Paulo. Em seguida, viajou para Goiânia (GO) para fazer comício. (JB, 6/9/89)



Bancada de Collor daria 5 anos a Sarney

Apesar do discurso oposicionista de Fernando Collor de Mello, se a bancada do PRN no Congresso Nacional já estivesse formada à época do Congresso constituinte e fosse hegemônica no plenário, o presidente José Sarney teria cinco anos de mandato do mesmo jeito. Dos 21 deputados e dois senadores filiados ao PRN, 14 votaram pelos cinco anos, enquanto o então governador de Alagoas fazia campanha pelos quatro anos.

Este é um exemplo que marca a contradição entre a imagem projetada pelo candidato do PRN à Presidência e sua base política. Collor chegou ao topo das pesquisas eleitorais construindo uma imagem de antipo-

lítico, combatente feroz da política tradicional e campeão da moralidade e da modernidade. Seu "entorno" - palavra que o próprio candidato gosta de usar - é composto, porém, de políticos direitistas, fisiológicos.

Nada menos que 15 parlamentares do PRN integraram as fileiras do "Centrão" no Congresso constituinte. Três deles representam bem o perfil da maioria da bancada do PRN:

1. José Carlos Martinez (PR) votou pelos cinco anos de mandato para Sarney. É simpatizante da União Democrática Ruralista (UDR) e tem quatro estações de TV, uma delas concedida por Sarney.

2. José Gomez (GO) ficou famoso por organizar passeatas em Itumbiara (GO) pela permanência do general Alfredo Stroessner na cidade. Foi em Itumbiara que Stroessner se refugiou, no Carnaval, depois de ser derrubado no Paraguai.

3. Finalmente, Arnaldo Faria de Sá (SP), ex-líder da bancada, foi companheiro de chapa de Paulo Maluf na disputa pela Prefeitura de São Paulo no ano passado. Atualmente, é patrocinador de um "trem da alegria" com o objetivo de efetivar 500 funcionários nos quadros da Câmara. Sem concurso. (Folha de São Paulo, 6/9/89)

Bispos gaúchos traçam perfil do presidente ideal

O futuro presidente deve merecer confiança, ter compromissos claros quanto à questão da terra, deve ser competente e ter comprovado, com sua vida passada, ser prudente e honesto, corajoso e comprometido com as justas causas do povo. Esse é o perfil do candidato a presidente da República que os bispos gaúchos desenharam e aconselham aos eleitores cris-

tãos a votar. E advertem: "Não basta só votar para vencer, mas que o voto seja lúcido".

Essa foi a posição assumida e divulgada em nota oficial, dia 10, por 18 bispos gaúchos e delegados das 15 dioceses do Rio Grande do Sul, que participaram dos três dias de reuniões da Assembléia do Conselho Regional de Pastoral. A assembléia é anual e desta vez se

desenvolveu no Seminário de Santa Maria. Só não estiveram presentes dois bispos: o de Uruguaiana, Dom Augusto Petró, se recuperando de uma cirurgia devido a um acidente de carro, e o arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling, que participou em Montenegro da reunião anual da família Colling. (JB, 11/9/89)

PDT prepara ato no Rio com 100 mil

A realização de um comício capaz de reunir cerca de 100 mil pessoas na Cinelândia - multidão que assistiu em 1982 ao encerramento da campanha que levou o então candidato do PDT ao Palácio Guanabara - começou a povoar a cabeça dos principais articuladores da candidatura de Leonel Brizola à Presidência da República. O candidato a vice na chapa pedetista, Fernando Lyra, é um dos que defendem o evento, que equivaleria, na sua opinião, "a um choque elétrico capaz de despertar a militância do parti-

do em todo o país".

Em reunião com a bancada estadual do PDT no gabinete do líder, deputado Cláudio Moacyr, Lyra acertou uma reunião em Nova Iguaçu, no próximo dia 18, preparatória para o evento da Cinelândia, centro do Rio. Nova Iguaçu foi escolhida para sede desse encontro de militantes pedetistas da Baixada Fluminense porque é a cidade onde a mobilização da candidatura de Brizola, a cargo do prefeito Aloísio Gama, é mais intensa.

Sugestão

Os deputados Cláudio Moacyr e Carlos Corrêa foram os autores da lembrança de Nova Iguaçu para sede do primeiro encontro pedetista visando à realização do comício dos 100 mil, como a promoção da Cinelândia vem sendo denominada. Lyra, segundo Carlos Corrêa, acha que a primeira semana de outubro é o período ideal para a promoção que terá como objetivo provocar um efeito multiplicador dentro da campanha de Brizola. (JB, 6/8/89)

Filha do general Bandeira apóia PRN

Embora tenha se recusado publicamente a aceitar o apoio do general Newton Cruz, o candidato do PRN a presidente da República, Fernando Collor de Mello, não está livre da solidariedade dos oficiais que constituíram a linha dura do Exército na época do regime militar. Com a concordância do pai - o general da reserva do Exército Antônio Bandeira, conhecido como um dos mais duros oficiais nas décadas de 60 e 70 - a empresária pernambucana Márcia Bandeira, 46 anos, instalou gratuitamente em um casarão de sua propriedade, na Avenida Abdias de Carvalho - uma das mais movimentadas do Recife -

o comitê do candidato do PRN em Pernambuco.

Com 80 metros de frente e 20 de fundos, o casarão, de 16 salas, poderia ser alugado hoje por NCz\$ 20 mil mensais, mas Márcia não se arrepende de ter investido em seu candidato: "Fernando representa a esperança e a renovação para que este país, que deixou há muito de acreditar no seu futuro". Ela dá expediente diário no comitê, onde trabalha também seu filho mais velho, Nelson Antônio Bandeira, 23 anos, coordenador do setor jovem do Movimento da Reconstrução Nacional, criado para dar sustentação à campanha de Collor.

Ela diz que começou a se interessar pela candidatura de Collor logo que ela foi lançada. Na sua casa todos collariram, o marido, ela e os seis filhos. Embora negue que o pai tenha feito o mesmo, diz que ele já deu pelo menos uma demonstração: a de que continua sem tolerar o Partido Comunista. Há poucos dias quando os netos, filhos da sua filha mais velha, Selene, chegaram à fazenda em João Pessoa, com adesivos do candidato do PCB, Roberto Freire, ele não teve dúvidas: arrancou todos. "Vocês entram aqui mas sem estes adesivos", avisou. (JB, 11/9/89)

Procurador quer apurar a campanha de Collor

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, pediu dia 11 ao TSE que apure a existência de funcionários civis e militares pagos pelo governo de Alagoas para trabalhar na campanha de Collor de Mello (PRN). Caso isso se comprove, segundo o procurador, Collor pode ter sua candidatura cassa-

da ou ser impedido de tomar posse, se vencer as eleições.

O prefeito de Macció (AL), Guilherme Palmeira (PFL), determinou dia 10 o levantamento da situação funcional dos 11 mil servidores municipais. A análise começará por José Luitgard Moura de Figueiredo, assessor do candidato do PRN que conti-

nua recebendo pela Prefeitura.

Collor disse em entrevista na TV dia 10 que pediu a todos os que participassem de sua campanha e tivessem vínculo com o governo alagoano que se licenciassem ou tirassem férias. (Folha de São Paulo, 11/9/89)

Malvadeza embolsa doação de Waldir

No dia 18 de julho último, Francisco Waldir Pires de Souza encaminhou ofício ao governador da Bahia, Nilo Coelho, reivindicando, com base no parágrafo 40 do artigo 52 da Constituição do Estado, a pensão paga aos ex-governadores da Bahia, equivalente a 80% do salário do atual mandatário (algo em torno dos NCz\$ 13 mil). Junto ao pedido, foi encaminhado outro ofício, sugerindo que o valor atribuído pela disposição constitucional seja integralmente encaminhado ao Abrigo do Salvador, uma entidade filantrópica de amparo à velhice. Duas semanas atrás, a ex-primeira dama Yolanda Pires convocou a imprensa para anunciar a doação. De manhã, foi surpreendida com uma manchete do Correio da Bahia, anunciando com estardalhaço, "a segunda aposentadoria de Waldir Pires".

É verdade que a aposentadoria que Waldir Pires não irá receber é a segunda de sua carreira: ele ganha perto de NCz\$ 4 mil mensais como ex-procurador da República. Mas o jornal de Antônio Carlos Magalhães, ministro das comuni-

cações e inimigo histórico do ex-governador e hoje candidato à Vice-Presidência na chapa do PMDB, omite que em nenhum momento o dinheiro passou pelo bolso de Waldir Pires.

O ministro, sim, esconde que, por oito meses, recebeu a pensão que Waldir Pires destinou aos velhos. A emenda constitucional que a criou é iniciativa do governador João Duval, afilhado de ACM, e foi aprovada em maio de 1984, em caráter de urgência, com o pretexto de beneficiar o ex-governador Régis Pacheco, que estava doente e sem recursos para tratamento. Curiosamente, porém, Antônio Carlos, que gozava de ótima saúde e de melhor situação financeira, foi o primeiro a correr atrás da pensão, em benefício próprio. Protocolou sua reivindicação, de resto usufruída hoje por outro. Mais: apressadíssimo, conseguiu que o pagamento entrasse na folha suplementar de julho. Antecedeu o próprio Régis. Só deixou de receber o dinheiro quando arranjou emprego fixo na Nova República, em março de 1985. (Isto É Senhor/1039 - 16/8/89)

Servidor em Jerumenha ganha NCz\$1,60

Os 300 funcionários da Prefeitura de Jerumenha, a 310 km de Teresina, recebem salários que variam de NCz\$ 1,60 a NCz\$ 5 mensais, os mais altos pagos às professoras com curso pedagógico completo. O município de 12 mil habitantes está abandonado, segundo os vereadores, que querem cassar o mandato do prefeito Oseas Osório da Rocha (PDS). O presidente da Câmara, João Albuquerque (PDC), diz que o prefeito já foi convocado várias

vezes para explicar os salários pagos ao funcionalismo e nunca apareceu: "A população está revoltada".

Albuquerque acusa o prefeito de desviar recursos do Fundo de Participação e de só aparecer na cidade uma vez por mês, para receber o dinheiro, em torno de NCz\$ 60 mil. O prefeito e a vice, Jesuína Evelim, não moram em Jerumenha, mas em Floriano, a 60 km de distância. (JB, 06/09/89)

Hidrelétrica vai virar museu

O centenário da mais antiga hidrelétrica da América Latina para geração de energia destinada à iluminação pública, a Usina Marmelos Zero, em Juiz de Fora (MG), foi comemorado dia 3 com a sua transformação em museu. Construída pela antiga Companhia Mineira de Eletricidade (CME), de propriedade do empresário têxtil Bernardo Mascarenhas, a hidrelétrica foi desativada em 1896, sete anos após a sua entrada em operação, sendo substituída pela Marmelos 1.

Em 1980, o patrimônio da MCE foi incorporado pela Cia. Energética de Minas Gerais (Cemig), que iniciou a criação do museu, realizando a restauração do prédio - fachada em tijolos aparentes, pedras, piso, forro, pinturas, portas, janelas etc. época da incorporação, segundo técnicos da Cemig, a usina já não contava mais com os seus equipamentos.

Localizada às margens do Rio Paraibuna, a 6 km de Juiz de Fora, Marmelos Zero, enquanto funcionou na iluminação pública da cidade e, também, no suprimento de força para as fábricas têxteis, gerava eletricidade em correntes alternadas, de 1.500 e 2.000 volts, que alimentavam 40 lâmpadas de arco de força iluminante de 100 velas, em circuito paralelo. O abastecimento para consumidores particulares, a corrente era de 90 a 100 volts, através de transformadores apropriados. A usina gerava energia num conjunto de duas turbinas de 125 KW cada, que estava na casa de força até a sua incorporação pela Cemig, mas, mesmo assim, alienado pela MCE. (JB, 04/09/89)

Banco Mundial endurece contra usinas

Qualquer país que espere obter recursos do Banco Mundial para construção de barragens e reservatórios deverá cumprir uma série de exigências, como a definição de sua área de influência e constituição de um comitê ambiental externo que acompanhe todas as fases do empreendimento. As medidas foram anunciadas pelo diretor do Departamento de Meio Ambiente do banco para a América Latina, Robert Goodland.

São os seguintes os pontos exigidos pelo Banco Mundial: definição da área de influência do projeto,

desde o cume da bacia até a zona costeira e alto-mar, em empreendimentos de grande porte (barragens com mais de dez metros); constituição de um comitê ambiental externo, que acompanhe o projeto desde o início de seu desenho; elaboração de dois Rimas-Relatórios de Impacto Ambiental -, um na fase de identificação preliminar, e outro, mais detalhado, na fase preparatória do desenho do projeto; e constituição de uma unidade ambiental permanente, que se preocupe com as consequências físicas, biológicas e sociais dos empreendimentos.

O quinto e último ponto não chega a ser uma exigência, mas é uma recomendação: estabelecimento de contatos com organizações não-governamentais - os movimentos verdes. (JB, 31/08/89)

● **As novas exigências do Banco Mundial são resultado, em larga medida, de pressões do movimento ecológico internacional. Estas exigências vêm ao encontro do efetivo cumprimento da legislação ambiental brasileira, que o Setor Elétrico insiste em ignorar. (MC/I)**

Hidrelétrica pode ser inviabilizada

O grupo Ferro-Ligas poderá desistir do projeto de construção de sua décima segunda usina hidrelétrica, Cachoeira da Fumaça, de 18 MW, na serra da Bocaina, divisa de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A autorização para o aproveitamento hidrelétrico foi dada pela Presidência da República em meados do ano passado, mas tanto a empresa quanto o Departamento Nacional de Guas e Energia Elétrica (DNAEE) - representante do governo federal - têm sofrido pressões de grupos ecológicos para reverterem o processo.

O local onde seria instalada a usina é atualmente área de preservação ambiental - um parque municipal instituído pelo antigo

prefeito da região. A hidrelétrica utilizaria as águas do rio Preto que atravessa a reserva e forma uma cachoeira em um determinado ponto.

O próprio diretor-geral do DNAEE, declarou que vem recebendo pressões de grupos ambientalistas para rever o processo de concessão.

A Ferro-Ligas entregará o Relatório de Impactos sobre o Meio Ambiente (Rima) - que deve ficar pronto nas próximas semanas - aos órgãos competentes do estado e aguardará a decisão da comunidade. A empresa já investiu cerca de US\$ 50 mil entre projeto, reuniões e viagens de técnicos ao local.

Na opinião do assessor de parque

da superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) de Minas Gerais, Adail da Mota e Silva, deverá haver restrições muito grandes para a aprovação desse projeto mas o Rima será analisado sob os critérios de praxe. Além dos órgãos estaduais da análise porque o rio Preto é federal.

No caso de o empreendimento não ser aprovado pelos motivos ambientais, a Ferro-Ligas procurará outro local para instalar sua fábrica de carbureto de silício porque, segundo Nocetti, a disponibilidade de energia é fundamental para essa atividade. (Gazeta Mercantil, 30/08/89)

Grupo Votorantim quer construir sua 21ª usina

O grupo Votorantim quer construir mais uma usina hidrelétrica. A Mineração Rio do Norte S.A., uma das empresas do grupo e um dos maiores produtores mundiais de bauxita, entrou com pedido junto ao Departamento Nacional de Guas e Energia Elétrica (DNAEE), na sexta-feira, dia 25, para o aproveitamento do rio Erepecuru, no trecho próximo a Porto

Trombetas, na região amazônica do estado do Pará, onde está instalada a mineradora.

A empresa pretende levantar ali uma usina de 53 MW de potência para substituir a atual unidade termelétrica que atende à planta de bauxita. O projeto contera uma preocupação básica com a natureza. (Gazeta Mercantil, 31/08/89)

● **O rio Erepecuru fica próximo**

ao rio Trombetas, onde a Eletro-norte planeja construir a UHE Cachoeira Porteira. Na região existem reservas biológicas, áreas indígenas, grupos indígenas isolados e comunidades camponesas negras originárias de quilombos. A construção destas hidrelétricas pode provocar a desestruturação dessas populações e a degradação ambiental da região. (MC/I)

Funai lança dicionário

Maíra, nome feminino muito utilizado pelos brancos, significa herói, mítico ou estrangeiro na linguagem dos índios. Ari, para os que não sabem, pode ser lua ou a religião dos Bororó. Muitas mulheres brancas que se chamam Guaracira não sabem que seus nomes significam talo aguçado por Guaraci desconhecem que o nome significa mãe dos ventos ou sol.

Curiosidades como estas estão registradas em um pequeno dicionário que acaba de ser editado pelo Serviço de Ação Cultural da Funai em Pernambuco. O objetivo do trabalho é orientar pais que querem colocar nomes indígenas nos filhos ou pessoas que já os têm, mas não sabem a que atribuir seus signi-

ficados. Normalmente a biblioteca da Funai atende uma média de dois a três pedidos por dia, feitos por curiosos interessados em descobrir o sentido de seus nomes ou mulheres grávidas que querem colher informações para homenagear os índios nos nomes de seus filhos.

"Aparece muita gente querendo esse tipo de esclarecimento e eu não tinha a menor condição de atender. Por esse motivo, resolvi dedicar-me a essa pesquisa, que durou dois anos, e representou consulta a 22 fontes bibliográficas", comenta a autora do trabalho, Maria Isolda Cavalcanti, acrescentando que a maioria dos vocábulos colhidos é de origem Tupi, mas há também os de 20

outras tribos, como a Xavante, Tikuna, Carajá, Camaiurá, Assurini, Nambiquara ou Bororó.

O livro impresso com uma pequena tiragem: 1.000 exemplares, que serão colocados em livrarias da região e encaminhados a bibliotecas. Reuniu 511 vocábulos, que, segundo a autora, mostram a tendência dos índios brasileiros de colocar nomes em seus filhos de acordo com a sua vivência, com fenômenos da natureza, animais, flores e frutos, ou pela semelhança da criança com alguma coisa que faz parte de seu cotidiano. Já os brancos geralmente colocam nomes indígenas nos filhos para homenagear a raça que deu origem aos brasileiros. (JB, 04/09/89)

Yanomami apelam novamente a Sarney

Uma manifestação de apoio aos índios Yanomami de Roraima, liderada pelo bispo D. Aldo Mongiano, quebrou a rotina do que seria uma visita tranquila do presidente José Sarney, em Boa Vista. No aeroporto, logo que desembarcou, Sarney experimentou uma receptividade que não é comum em suas viagens e até deu autógrafos a líderes garimpeiros, que agradeceram pela manutenção dos garimpos do Estado. Mas, à tarde, teve que utilizar uma outra entrada do Palácio da Justiça, onde assinou atos oficiais, para evitar o confronto com manifestantes que gritavam pedindo sua saída do governo.

"O Yanomami é um povo de verdade; a ele nossa solidariedade", diziam os manifestantes, mantidos à distância até a saída

de José Sarney, que recebeu um grupo de índios Yanomami, liderados pelo índio Davi Koponawa Yanomami que, pintado e vestido com trajes de guerra, foi pedir maior proteção aos indígenas que habitam Roraima. "Nós não queremos o fim do garimpo. Queremos apenas que a exploração de ouro acabe em terras Yanomami", disse Davi. De Sarney, ele não recebeu qualquer sinal positivo ao seu pedido. "O presidente apenas riu", disse Davi, desconsolado.

Os manifestantes se declararam membros do PT e PC do B e representantes de líderes comunitários que seguem a Igreja na tese de que a expansão dos garimpos em áreas indígenas pode levar ao extermínio mais de nove mil índios que habitam as regiões mineradoras em Ro-

raima. Os garimpeiros protestaram contra manifestação e afirmaram que hoje índios e homens brancos trabalham juntos na busca da sobrevivência.

José Sarney disse que até o final de seu mandato intensificará as ações de ocupação da fronteira norte do país, ligando o Brasil, através de Roraima com a República Cooperativista da Guiana e com a Venezuela. "A saída para a Amazônia é utilizar essas vias de acesso aos países do Cone Norte", disse ele, revelando a liberação de 15 milhões de dólares para o governo guianense construir uma estrada da capital Georgetown, até a cidade de Lethen, que faz fronteira com o município de Normandia, a leste de Boa Vista. (JB, 02/09/89)

Desabafo Yanomami

A todos os povos da terra

O governo não está nos respeitando. Ele pensa em nós como animais. Nós temos o direito de reclamar. Pessoal de fora ajuda a gente, mas se a gente não faz nada eles não podem ajudar. Se a gente manda para lá uma carta, eles vão pressionar o nosso governo, mexer alguma coisa. Eu estou pensando muitas coisas. Eu sou Yanomami.

Os rios, os peixes, as matas estão pedindo so-

corro, mas o governo não está sabendo escutar. Ele diz que nós vamos morrer de fome se fechar o garimpo. Se eles não pararem de garimpar nós vamos sim morrer de fome. Mas se parar o garimpo nós plantamos macacheira, banana, cara taitoba, mamão, cana, pupunha e ninguém morre de fome. Nós Yanomami queremos nossa terra própria. Não queremos acabar com nossos costumes até hoje não perdemos nossa língua e a terra, por isso esta luta. Este governo é nosso chefe mas não está fazendo bem para o povo brasileiro viver em paz.

Nós estamos unidos, todos os índios do Brasil, não queremos brigar com outros parentes. Já estão começando a nos enganar, como aconteceu com os Makuxi e outros índios. Começamos a dizer que padre não é bom, que não dá presentes, que Davi não é bom. Colocam irmão contra irmão para nos enfraquecer. Os outros chefes Yanomami que nunca vieram aqui, que nunca tiveram contato com

os brancos não sabem o que está acontecendo aqui. Eu sei, eles estão querendo me usar porque eu sou mais conhecido, mas eu não deixo. Aí eles estão usando os mais fracos primeiro, outros Tuchaua que não falam português, eles acham que os garimpeiros são amigos e vão ser sempre amigos.

Colocam irmão contra irmão para nos enfraquecer

O garimpeiro então dá comida, dá roupa, mas passa o tempo e os brancos começam a dizer que índio não serve para nada, não trabalha, só pede e vão nos chamar de urubutheri, aqueles que não caçam mais, não pescam mais, vivem de restos, do resto que sobrou no prato dos brancos. Não sabem mais trabalhar, mais pescar, só pedem. Esquecem

de pegar fruta no mato, esquecem os costumes, esquecem a língua.

Eu não quero perder isso, na minha comunidade não quero deixar garimpeiro entrar. Eu quero que continue como antes. Eu fico muito

preocupado com nossos filhos. Eles vão sofrer mais que agora. Eu sempre lembro os netos, eles vão sofrer mais que nós se a gente não lutar para defender, para salvar a vida do povo. A terra é nossa, a gente sabe há muitos anos. O governo não é bom. A gente briga, briga, mas ele não dá. Por isso está custando a demarcação, por isso ele

não quer demarcar a terra Yanomami.

Dentro da terra Yanomami tem muitas coisas que eles querem usar, tem minério, tem ouro, tem cassiterita, tem madeira, dá para plantar.

E eles só falam para gente escondido, no escritório deles, não chamam a gente para decidir, para saber se índio concorda. Mas eu não estou a toa nesta luta não, eu estou para defender o meu povo Yanomami. E não só o meu povo, mas os Wapixana, Ingariko, Makuxi e outros parentes. Nós estamos tentando ajudar, podemos dar apoio àqueles que não sabem se defender, explicar o que está acontecendo àqueles que não entendem. Nós Yanomami estamos morrendo por causa de doenças, malária, gripe, desitèria, doenças venéreas, sarampo, catapora e outras doenças que índio não conhecia, trazidas pelos garimpeiros que vem de fora. Essas doenças a gente não

consegue curar, os pajés não conseguem.

Doença de bala, pajé também não consegue curar. Doença

Doença de bala, o pajé também não consegue curar

de índio pajé pode curar, mas de branco a gente não pode curar.

Eu sempre peço a Funai, mas a Funai não toma providências, pedi também ao presidente José Sarney a retirada dos garimpeiros da terra Yanomami. O presidente prometeu a retirada dos garimpeiros imediatamente, mas nada fez, só deixa invadir

mais. Nós Yanomami achamos que ele não gosta de ajudar os povos indígenas do Brasil. Eu sei que ele é contra nós. Ele não quer demarcar a nossa terra. Eu recebi muitas notícias de parentes que moram na cabeceira do rio Catrimani, do rio Mucajai e do rio Parimiu, na fronteira com a Venezuela. Os parentes me falaram que tem quatro malocas vazias, morreram todos.

Crianças, adultos e rapazes. Nas malocas Xideatheri, Ahuahipiktheri e Pahaiatheri, morreram todos e outros continuam a morrer por falta de assistência. A Funai sabe que está morrendo muito Yanomami, mas não está fazendo nada. Poucas pessoas da Funai querem trabalhar, mas não têm apoio. Em outras comunidades no rio Mucajai meus parentes estão prejudicados pelos garimpeiros, acostumaram eles a tomar cachaça misturada ao caxiri, agora estão adoentados e não sabem mais o que fazer. E também há muita doença venérea e malária.

No rio Catrimani e na serra do rio Lobo de Almada os garimpeiros estão fazendo as suas casas. Construíram pistas, fizeram rocas e depois querem fazer uma vila. Isto vai ser muito perigoso para os Yanomami. Eu sei que, se eles fizerem uma vila lá, não vai dar certo porque os Yanomami vão começar a pegar doenças. Os parentes Opiktheri estão sendo enganados pelo Zeca Diabo, um empresário de garimpo.

Já temos criação de animais, anta, caítitu, mutum, queixada, plantamos banana, temos tudo em nossa floresta. Não precisa nos ensinar a trabalhar para pegar os costumes do branco. O

costume do branco é muito complicado para nós Yanomami. O nosso costume é melhor que o dos brancos, pois nós preservamos os rios, igarapés, lagos, montanhas, a caça, os peixes, as frutas, açai, bacaba, castanha, cacau, ingá, buriti, o que já tem, o que Omam criou. Eu Davi Kopenawa Yanomami quero preservar isso

tudo. O branco não tem respeito pela natureza, ele não sabe o que é bom, ele tem que aprender conosco. O governo retalhou a nossa terra, dividiu em pequenos pedaços. A floresta nacional é nossa terra também, e as ilhas não servem para nada, só para enganar os índios, para deixar eles presos como porcos no chiqueiro. Nós Yanomami queremos uma área única e contínua, para nosso povo, para poder viver em paz, sem briga com o governo, com os militares, com os garimpeiros, com ninguém. Yanomami não quer invadir a terra dos outros. Yanomami respeita a terra dos brancos.

Na serra do Surucucu mataram mais outros Yanomami nesse mês de agosto. A Funai não tomou providências. A polícia nunca prende esses criminosos. Nós Yanomami não estamos gostando, nós estamos revoltados com a Funai e o governo, porque o governo não quer resolver o nosso problema, o problema da terra Yanomami. Na nossa terra temos muitas serras: Koimak e o Pico da Neblina, Hakomak e o Peito da Moca, Watorik e o Pico Rondon, Kuumak e a Serra do Taraua e a Serra do Lobo de

Almada, Arahaiky e a Serra do Catrimani e tem muitas outras. Dentro das Serra moram os Xapori, Hekura, os espíritos da natureza. Entre as serras tem os caminhos dos Xapori, ninguém vê, só o pajé conhece essas ligações. As serras são lugares sagrados, lugares onde nasceram os primeiros Yanomami, onde as suas cinzas foram enterradas. Os nossos velhos deixaram seus espíritos nesses lugares.

Nós Yanomami queremos que as serras sejam respeitadas, não queremos que sejam destruídas. Queremos que estes lugares sejam preservados para não acabar com nossa história e com nosos espíritos. Nós chamamos os Hekura para curar nossos doentes, Há muitos anos usamos eles, eles não acabam. Omam deixou esses espíritos para defender o povo Yanomami. Omam é muito importante para os índios Yanomami, os Makuxi, os Wapixana, e todos os brancos, todos os negros, ele deu origem a todos, ao mundo inteiro, por isso é muito importante

preservar as serras onde o espírito dele mora. Gostaria que os brancos entendessem esta história antiga,

que a respeitassem. Nós Yanomami queremos os brancos ao lado dos índios para não deixar invadir nossa terra.

Nós queremos que os brancos ajudem a defender, para não prejudicar nossas vidas.

Eu Davi Kopenawa Yanomami quero ajudar os brancos a aprender conosco para fazer um mundo melhor.

Boa Vista, 31 de agosto de 1989

Davi Kopenawa Yanomami.

Sei que ele, (Sarney) é contra nós

O Governo retalhou a nossa terra

Adesão

Tucanos de todo o País festejaram dia 5 a adesão do governador Tasso Jereissati como uma promessa de redenção. No comitê do PSDB, em Brasília, assessores que atendiam as consultas de militantes eufóricos faziam contas e concluíam que as 71 prefeituras cearenses conquistadas por Tasso no ano passado deverão fazer Mário Covas aparecerem bem nas próximas pesquisas. (Canal 3, OESP, 6/9/89)

O preço do voto

O presidente José Sarney enviou dia 5 ao Congresso um projeto de lei que autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares ao orçamento fiscal no valor de NCz\$ 200 milhões.

O dinheiro será usado para custear as eleições presidenciais. (Canal 3, OESP, 6/9/89)

Direitos autorais

Tem dono a proposta da ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, de reduzir o prazo máximo para o pagamento de salários. A idéia está no projeto de Lei 179/89, apresentado ao Senado em 27 de junho pelo tucano Fernando Henrique Cardoso. O texto manda pagar até o segundo dia útil do mês seguinte e considera crime, punível com prisão, a retenção de salário.

O senador reivindica a autoria. (Canal 3, OESP, 6/9/89)

Enfim, no ar

Parlamentares do PFL, PMDB, PT e PDT ficaram surpresos com a TV Globo, que levou duas semanas para colocar no ar as cenas de violência da segurança de Fernando Collor contra jornalistas.

- Antes tarde do que nunca - era o comentário geral. (Canal 3, OESP, 6/9/89)

Militância

Reunidos em cooperativa, 20 jornalistas estão montando para o candidato Luís Inácio Lula da Silva um comitê paralelo em Brasília, equipado com telex e telefone.

Além do aluguel da sala e dos equipamentos, vão oferecer ao PT suas horas de folga. (Canal 3, OESP, 6/9/89)

Modelo

A assessoria do candidato do PDT, Leonel Brizola, está conversando com a modelo Luma de Oliveira para que ela participe dos programas do partido no horário de propaganda eleitoral. (Informe JB, 6/9/89)

A história oficial

O embaixador Mário Gibson Barbosa, que foi ministro das Relações Exteriores do governo Garrastazu Médici, nega com veemência que agentes do general Augusto Pinochet tenham tido acesso à Embaixada do Brasil no Chile, durante o golpe militar de 1973, para retirar refugiados políticos:

- É igual à Batalha do Itararé. Aquela que não houve. (Informe JB, 6/9/89)

Bye, bye

O presidente José Sarney acaba de pedir uma audiência ao presidente americano George Bush - durante a visita que fará aos Estados Unidos para, no dia 25, abrir a Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque.

A esticada até Washington para visitar a Casa Branca não seria para um primeiro encontro com Bush. Os dois já estiveram juntos no funeral do imperador Hiroito, em Tóquio.

Seria uma espécie de despedida oficial. (Informe JB, 6/9/89)

Verde

Do deputado Luís Inácio Lula da Silva no programa Debate em Manchete, sobre a candidatura do jornalista Fernando Gabeira, pelo PV, a presidente da República:

- É um direito que ele tem. Só que Gabeira sempre me disse que iria me apoiar, independente de qualquer posição de destaque na campanha. Queria ser um simples militante. (Informe JB, 6/9/89)

À espera

Augusto Marzagão frustrou o presidente José Sarney, de quem é secretário particular.

A última tarefa que este lhe confiou saiu pela culatra: incumbido de convencer Jânio Quadros a decidir-se logo por algum candidato que possa fazer frente a Fernando Collor, Marzagão obteve apenas uma lição de timing do amigo e experiente político:

- Há tempo para novas candidaturas? Então vou esperar - foi a resposta do ex-presidente. (Informe JB, 6/9/89)

Faísca

O Gabinete Civil, no momento, tem todo cuidado para não agendar, em horários próximos, o ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães e o deputado José Lourenço. (Informe JB, 6/9/89)

Pecebou

Sarney tem comentado com amigos que poderá votar em Roberto Freire. (Painel FSP, 6/9/89)

Cuidado

A CNBB está pisando em ovos na avaliação do fechamento dos seminários em Pernambuco. Pelo direito canônico, um bispo pode fazer o que bem entender em sua diocese. (Painel FSP, 6/9/89)

Sobreviveu

Fracassou dia 5 a segunda tentativa dos senadores do PMDB de conversar "francamente" com o coordenador da campanha do partido, Renato Archer. Nova reunião foi marcada para o dia 12. (Painel FSP, 6/9/89)

Preferência

Lula não gosta de falar em superstição, mas o dia escolhido é velho conhecido e coincide com o número de registro do partido no TSE e com o nome do time de futebol do PT, o "13 Brasil Futebol Clube". (Painel FSP, 6/9/89)

Barão

Roberto Freire está estudando as tiradas do Barão de Itararé. Vai utilizá-las no horário eleitoral gratuito. (Painel FSP, 6/9/89)

Conteúdo

Mais de mil garrafas de guaraná da marca "tucano" começaram a ser vendidas dia 5 pelo comitê de Covas. O rótulo alerta para o "alto teor de democracia, coragem e energia" do novo refrigerante. (Painel FSP, 6/9/89)

Hábito

Ulysses pretende desfazer o mito de que é um apreciador de poire. Está afirmando que essa é uma história inventada. "Me oferecem muito e eu tomo pouco", assegura. (Painel FSP, 6/9/89)

Presente malufista

Uma curiosidade encontrada nos autos do processo dos gastos de Maluf no governo paulista: uma nota fiscal da compra de 26,7 kg de presunto curado. "Para presente", diz o carimbo da nota. (Painel FSP, 6/9/89)

Dobradinha

Na busca de uma nova candidatura, Murilo Canto, coordenador da campanha ulysista em Santa Catarina, faz a sugestão: Franco Montoro para presidente e Waldir Pires para vice. (Painel FSP, 6/9/89)

Substituição

Saulo Ramos está disposto a demitir qualquer agente da PF que decidir entrar em greve. Perguntado sobre quem substituiria os policiais, Saulo se irritou. "Contrataria a imprensa para tomar conta", disse. (Painel FSP, 6/9/89)

Apelo

O governador Orestes Quércia recebeu da Marinha um apelo para que a Constituinte estadual sepulte a emenda 104, que proíbe instalações nucleares em São Paulo. (Painel FSP, 11/9/89)

Alvo indireto

Os militares temem o comprometimento do programa que desenvolvem, em Iperó, para um reator de combustão nuclear que equipará submarinos brasileiros. (Painel FSP, 11/9/89)

Pressão

Quércia entendeu o recado e o retransmitiu, discretamente, a deputados estaduais do PMDB, PFL e PTB. (Painel FSP, 11/9/89)

Subsídios

Covas recebeu dia 10 o deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), recolhendo subsídios para as gravações em que abordar o meio-ambiente. (Painel FSP, 11/9/89)

Alvo

Os quercistas continuam vendo em Renato Archer o responsável pelo naufrágio de Ulysses. Criticam também o candidato, que se recusa a afastar Archer da coordenação da campanha. (Painel FSP, 11/9/89)

Reflexo estadual

Com a decisão de Tasso Jereissati de apoiar Covas, começa a se desanuviar o horizonte de sua própria sucessão no governo do Ceará. (Painel FSP, 11/9/89)

Rumo duplo

De um lado, estariam os pró-"tucanos" de Jereissati, e de outro o grupo de Paes de Andrade (PMDB), presidente da Câmara dos Deputados. (Painel FSP, 11/9/89)

Pendura

Jantar dos mais animados no Florentino, em Brasília, reunindo em meados de agosto assessores de Collor. A conta foi generosamente paga por um executivo de um moinho de trigo paulista. Mas com um cheque sem fundos. (Painel FSP, 11/9/89)

Fazenda é ocupada no meio da noite por 58 famílias

Cinquenta e oito famílias de sem-terra, num total de 150 pessoas, invadiram nos primeiros minutos da madrugada do dia 5 uma fazenda particular de 450 hectares no município de Passo Fundo (a 294 quilômetros de Porto Alegre), e montaram dois acampamentos no local, um dos quais junto à sede da fazenda. A Brigada Militar faz um policiamento preventivo, passando no local de hora em hora. O proprietário da fazenda, Irineu To-

nonn, está estudando a possível venda da área para o estado, mais ingressa hoje na justiça com pedido de reintegração de posse da fazenda.

Liderado pelos colonos Olímpio Fiori e Leovaldo Alves Rosa, o grupo invasor faz parte do mesmo contingente que invadiu outra fazenda particular, a Jacaré, no município de Três Palmeiras, no dia 13 de agosto, lá permanecendo durante cinco dias e se retirando pa-

cificamente após reintegração da posse concedida pela Justiça ao proprietário. Eles foram transferidos para uma pequena área do estado, de cinco hectares, em Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, mas cansaram de esperar o cumprimento das promessas do secretário da Agricultura, Marcos Palombini, que tinha garantido um reassentamento definitivo em cinco dias. (JB, 06/09/89)

Mobilização: a palavra que mais se ouve na cidade

Quem chega a Ronda Alta, município com 16 mil habitantes, tem a impressão de estar entrando na capital dos sem-terra, embora hoje quase todos tenham área própria para morar e plantar. Nas conversas corriqueiras da cidade, ouve-se falar em mobilização, associativismo e sindicato.

Tudo começou em 1979, quando 100 famílias foram expulsas da região indígena de Novaí e resolve-

ram acampar na margem da estrada Ronda Alta-Passo Fundo antes de invadir os 3.200 hectares das granjas Nacali e Brillant, iniciando o movimento dos sem-terra. Desde então, foram se sucedendo invasões, algumas mais tensas envolvendo conflitos com a PM do estado.

O agricultor e atual prefeito de Ronda Alta, Saul Barbosa, disse que foi o primeiro acampamento,

há dez anos, que despertou sua curiosidade para os conflitos de terra. "Lá e ficava indignado com o sofrimento daquela gente".

Barbosa ajudou a fundar o PT na cidade e no ano passado ganhou a eleição, com 3 mil e 300 votos dos quase 7 mil eleitores contra uma coligação do PMDB, PDT e PDS. (Folha de São Paulo, 10/09/89)

Grupo de agricultores invade área no Sul

Cerca de 900 famílias de agricultores ocuparam dia 4 mais de 7.500 hectares do Oeste catarinense. A ocupação ocorreu 24 anos antes de ter finalizado o prazo dado pelo Movimento Sem-Terra para que o Incra providenciasse o assentamento definitivo destas famílias no Estado. A disposição dos invasores é de só sair da área para um acampamento definitivo. O Superintendente do Incra/SC, José Wolff, deverá anunciar a desapropriação de 3.300 hectares para o assentamento provisório de 100 famílias.

Em Palma Sola (a 720 quilômetros da capital) os 7.500 hectares da Madeireira Caldato foram dia 4 novamente invadidos pelos sem terra - a outra invasão ocorrerá há menos de dois meses. As 500 famí-

lias que ocuparam as terras dos Caldato aguardaram quase 60 dias para que o Incra desapropriasse terras para seus assentamentos - conforme prometido pelo Superintendente na época, Jacó Anderle, com base nas negociações feitas junto ao Ministério da Agricultura. A invasão se deu de forma pacífica e até o final da tarde não havia policiais na área.

O mesmo aconteceu em Abelardo Luz, distante 520 quilômetros de Florianópolis. As 200 famílias que ocupam desde o dia 4 uma propriedade particular tem receio que a Polícia Militar, a pedido dos ruralistas da região, assaltem com violência o acampamento. Um dos membros da Comissão dos Sem-Terra no Estado, Paulo Lauxen,

lembrou a ação violenta da polícia em 1987 e em junho passado, em Campo Erê e em Palma Sola, respectivamente. A pedido da UDR, como contou Lauxen, os policiais desmancharam os acampamentos dos sem-terra com socos e cassetetes.

Paulo Lauxen acrescentou que a resolução dos sem-terra que invadiram as terras em Palma Sola e Abelardo Luz é só saírem da área para um assentamento definitivo, nenhuma outra proposta é viável. Os 3.300 hectares que deverão ser liberados pelo Incra não atende as reivindicações dos sem-terra de desapropriação de 28.000 hectares para o assentamento das 1.700 famílias de colonos no Estado. (O Globo, 05/09/89)

CPT, estado de defesa é "inútil"

O Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou dia 5 uma nota em que classifica de "inútil" a decretação do estado de defesa nas regiões mais violentas do país em matéria de conflitos fundiários. O estado de defesa foi pedido pelo ministro da Justiça, Saulo Ramos, como forma de viabilizar a solução para o problema.

Para a CPT, o estado de defesa decretado para regiões restritas, traria como consequência a suspensão dos direitos e garantias individuais. A alegação da comissão é que a medida garante a manutenção de medidas constantes no estado de sítio em áreas mais localizadas, e que isso "tem sido eficiente apenas contra o livre exercício dos direitos e organização dos trabalhadores".

A Comissão Pastoral da Terra diz também que "para os pobres e seus aliados o estado de defesa já foi decretado há muito tempo". Eles citam como exemplos

dessa decretação extra-oficial a "proibição de reuniões" em Unaí (MG) - trata-se da prisão de 10 lavradores sem terra, feita no início de agosto - e o fato de que 10 pessoas foram presas dentro do Secretariado dos Sem-Terra, em Maceió (AL), no dia 29 de agosto.

A única possibilidade para a decretação das medidas do estado de defesa nas áreas de conflito fundiário, segundo a CPT, estaria na existência de grave e iminente "risco para a estabilidade institucional. Para a entidade, as instituições continuam sólidas, "porém geralmente comprometidas com o latifúndio e seus defensores". O Poder Judiciário foi citado como exemplo desse comprometimento. A CPT considera ainda que são os trabalhadores rurais que vivem em situação de instabilidade por "não terem reconhecidos, na prática, os seus direitos à cidadania". (Folha de São Paulo, 06/09/89)

Justiça aprova despejo no Paraná

O Conselho da Magistratura do Paraná (órgão ligado ao Tribunal de Justiça do Estado), aprovou a requisição de força policial para a realização do despejo de famílias de sem-terra instaladas em cinco áreas do interior do Estado. A Secretaria de Segurança, segundo seu diretor-geral, Ricardo McDonald, "será obrigada a cumprir a decisão" do Conselho. O pedido de reforço policial atende às decisões de juizes do interior do Paraná que acataram ações de reintegração de posse dessas áreas.

Desde a última semana dez

áreas em várias regiões do Estado foram ocupadas por cerca de mil sem-terra. As cinco áreas sujeitas ao despejo estão localizadas em quatro municípios: Mangueirinha, Querência do Norte, Pitanga e Catanduvas (região oeste e sudoeste do Estado), e reúnem cerca de 700 famílias de agricultores. O movimento dos sem-terra no Paraná informou dia 6 que as famílias vão permanecer nas áreas a disposição e resistir", disse Roberto Baggio, diretor do movimento, que admitiu a possibilidade de conflito entre PM e sem-terra. (Folha de São Paulo, 07/09/89)

O que é o Estado de Defesa

O Estado de Defesa é um mecanismo legal que restringe os direitos individuais com o objetivo de restabelecer (ou preservar) a chamada ordem pública, nos casos em que esta se encontre ameaçada por uma grave crise institucional ou por uma calamidade natural de grandes proporções. O presidente da República só pode decretar o Estado de Defesa após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. O Conselho da República foi criado pelo Congresso constituinte, mas ainda não existe, porque a lei que regula sua organização e funcionamento não foi votada.

O Conselho da República seria formado pelo vice-presidente, pelos presidentes da Câmara e do Senado, pelos líderes da maioria e minoria na Câmara, pelo ministro da Justiça e por seis cidadãos brasileiros (dois nomeados pelo presidente, dois eleitos pelo Senado e dois eleitos pela Câmara).

O Estado de Defesa tem a duração máxima de 30 dias, mas pode ser prorrogado uma vez. Durante sua vigência o governo pode restringir o direito de reunião e o sigilo na correspondência, nas comunicações telegráficas e telefônicas, além de outras medidas repressivas. As pessoas presas por crime contra o Estado não poderão ficar detidas por um prazo superior a dez dias (salvo sob autorização da Justiça), mas poderão ficar incommunicáveis. O Congresso permanecerá funcionando durante sua vigência.

Decretado o Estado de Defesa, o presidente da República precisa submeter a medida ao Congresso em 24 horas, que tem dez dias para aprová-lo ou rejeitá-lo por maioria absoluta (50% dos congressistas mais um). Rejeitado o decreto, cessa imediatamente o Estado de Defesa. (Folha de São Paulo, 06/09/89)

Políticos apóiam d. Paulo para Nobel da Paz

Um grupo de mendigos fez dia 3, na catedral da Sé, em São Paulo, a entrega simbólica ao cardeal d. Paulo Evaristo Arns de um abaixo-assinado em apoio a seu nome para receber o Prêmio Nobel da Paz. Segundo os organizadores do movimento, todos os presidenciáveis foram convidados para o ato público, mas apenas Mario Covas, do PSDB, compareceu. Luís Inácio Lula da Silva, do PT, mandou representantes e retornou à sua casa para atender um grupo de sem-terra que o aguardava.

No lugar de Lula, compareceu o presidente do PT, deputado Luís Gushiken, e o líder do partido na Câmara, deputado Plínio de Arruda Sampaio. Brizola colocou uma faixa de apoio a D. Paulo na entrada da catedral. O ex-deputado José Gregori esteve presente na condição de membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, mas ele é também um dos coordenadores da campanha de Ulysses Guimarães, do PMDB.

"Os torturados venceram os tor-

turadores", disse d. Paulo em rápido pronunciamento. O arcebispo de São Paulo foi nomeado para o Nobel da Paz pelo argentino Adolfo Perez Esquivel, que já recebeu o prêmio. O nome de d. Paulo foi apresentado por seu trabalho em favor dos direitos humanos e na proteção aos presos políticos.

Segundo os organizadores do apoio ao arcebispo, até a semana passada o abaixo-assinado continha 150 mil adesões, já enviadas a Oslo, na Noruega, onde se reúne a comissão responsável pelo prêmio. A decisão deverá ser anunciada em outubro e o prêmio será entregue em dezembro.

"O nome do cardeal Arns é sinônimo de defesa dos direitos humanos", disse o bispo anglicano Sumio Takatsu, um dos oradores do ato público. O ex-presos político Pedro Camargo afirmou que, "durante muito tempo, só podíamos recorrer à Igreja" e elogiou a atuação de D. Paulo na proteção aos presos do regime militar. "Dar o Nobel a d. Paulo é um ato de justiça", disse o

jurista Goffredo da Silva Telles, em mensagem que enviou.

O candidato do PSDB à Presidência da República, acompanhado da mulher, Lila, do senador Fernando Henrique Cardoso e do deputado José Serra, afirmou que se sentia "muito honrado de ser signatário" do documento de apoio a Arns. "Vi seu trabalho de perto quando fui prefeito de São Paulo", afirmou Covas, que tem recebido adesões entre os bispos, enquanto as camadas mais baixas da hierarquia da Igreja preferem Lula, do PT. No dia 2, Covas recebeu o apoio do ex-bispo da Zona Leste, d. Angélico Bernardino Sândalo. (Folha de São Paulo, 4/9/89)



Juvenal Pereira

Bispos do nordeste vão debater fechamento de seminários

Nos dias 5 e 6 de outubro, todos os bispos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas vão se reunir para a Assembléia Anual do Regional Nordeste II. A pauta do encontro já está pronta, mas o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, defende a sua ampliação, porque acredita que esse é o fórum para discussão da repercussão do fechamento do Seminário Regional do Nordeste e do Instituto de Teologia do Recife (Iter), determinado pelo papa João Paulo II.

Depois de se reunir em Campina Grande, a 120 quilômetros de João Pessoa, com os bispos Dom Luís Fernandes (Campina Grande) e Dom Marcelo Pinto Carnevalheira (Guarabira), Dom José disse que a

importância do assunto pode determinar a ampliação em mais um dia da assembléia. "A questão que nos colocamos é: para onde vão os alunos do seminário e do Iter? Isso é o que importa para nós. Temos que discutir e resolver um problema concreto", argumentou.

Informal

Os bispos - três dos principais representantes da igreja progressista no Nordeste - se reuniram em Campina Grande na residência de Dom Luís Fernandes. "Os bispos da província da Paraíba se encontram com muita frequência", comentou dom José, ao tentar minimizar a importância do encontro, que tinha sido anunciado como uma reunião regional, com a participação de ou-

tros bispos. "Foi um encontro informal, não uma reunião", disse depois, admitindo que nessas conversas eles trataram do fechamento do seminário e do Iter.

Dom José não quis comentar a decisão do papa. "Assumi comigo mesmo o compromisso de não me pronunciar sobre esse ato da Santa Sé. Isso não vai ajudar e o que nós queremos realmente é uma solução. O seminário e o Iter têm prazo até o fim do ano. Esse também é o tempo que dispomos para buscar uma solução. Portanto, não vou me pronunciar sobre o mérito da decisão do papa", disse ele, depois de negar que os três bispos tenham chegado a um consenso para propor qualquer medida ao Regional Nordeste II. (JB, 11/9/89)

Bispo auxiliar do Recife pede silêncio a D. Helder Câmara

O bispo-auxiliar do Recife, Dom João Evangelista Terra, que responde pela Arquidiocese de Olinda e Recife na ausência do titular Dom José Cardoso Sobrinho, recomendou ao arcebispo emérito dom Helder Câmara, um dos líderes da igreja progressista no Nordeste, que não faça mais pronunciamentos através da imprensa sobre a crise que envolve a Igreja em Pernambuco desde a semana passada, quando o Vaticano mandou

fechar o Instituto de Teologia do Recife (Iter) e o Seminário Regional do Nordeste (Serene).

Em telefonema a Dom Helder

no fim da semana, relatado por Dom Helder com detalhes a cinco amigos recifenses, Dom João Evangelista afirmou ao titular da arquidiocese que suas entrevistas contrárias ao fechamento dos dois seminários estavam descontentando a cúpula da Igreja local e disse que o melhor era manter silêncio sobre o assunto. No final da ligação, o bispo foi claro: "O senhor está procurando demais os meios de comunicação, Dom Helder. O senhor não acha que já basta?". (JB, 6/9/89)



Censura à Comissão Justiça e Paz causa protestos em PE

Quarenta e cinco entidades civis e religiosas de Pernambuco assinaram dia 10 nota oficial de protesto contra a decisão do arcebispo de Olinda e Recife, d. José Cardoso Sobrinho, da ala conservadora da Igreja, de proibir manifestações públicas da Comissão Justiça e Paz (CJP) sem sua prévia autorização. O arcebispo chamou a Polícia Militar para expulsar posseiros que protestavam em frente à Arquidiocese contra a retirada do padre Thiago Thorlby do engenho Pitanga, em Igarassu.

Segundo a nota, a CJP "precisa continuar exercendo seu papel de denúncia e defesa dos direitos humanos dos empobrecidos, porque é para isso que ela foi instituída". Assinam o documento OAB-PE,

Associação dos Docentes da Universidade Federal de PE, Cebs do Recife, Comissão Pastoral da Terra Nordeste, entre outras entidades - além de representantes do PT, PC do B,



PMDB e PSDB.

A nota reafirma apoio a d. Helder Câmara, arcebispo emérito (já aposentado) de Olinda e Recife. Condena a atitude de d. Cardoso, afirmando que "ao longo de seus treze anos de ação

profética a CJP, inspirada pela presença de d. Helder Câmara, tornou-se um símbolo da resistência popular contra o arbítrio, a violência institucionalizada, a opressão". Diz ainda que "a medida disciplinar de que foi objeto a Comissão atingiu toda a sociedade pernambucana".

O conselho de moradores dos bairros do Coqueiral, Totó e Sancho, da periferia de Recife, entregou um abaixo-assinado repudiando as ameaças feitas por d. Cardoso a seis sacerdotes que criticaram suas ações. Essas comunidades reúnem cerca de 2 mil pessoas.

As comunidades querem ainda o retorno do padre

francês Antonio Maria Guerrin, que está na França em tratamento de saúde. D. Cardoso encontra-se em férias canônicas, no Vaticano. (Folha de São Paulo, 11/9/89)

Vaticano desativa dois seminários

Considerados como berços de formação de padres progressistas no Brasil, na linha da Teologia da Libertação, o Instituto de Teologia de Recife (Iter) e o Seminário do Nordeste II (Serene II) foram extintos pelo Vaticano, sob a alegação de que não oferecem condições para a formação intelectual adequada de futuros sacerdotes. O arcebispo emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, considera "muito grave a situação" e pediu explicações sobre o fato.

As duas entidades funcionam em regime aberto, sem clausura, e os futuros padres são treinados em contato direto com as comunidades das periferias das capitais. A decisão de suspender as atividades do Iter e do Serene II - pelos quais já passaram 3.769 pessoas - foi comunicada à Arquidiocese de Olinda e Recife, através do protocolo número 359/89/3 de agosto de 1989, em papel timbrado da Congregatio de Institutione Catholica, uma espécie de ministério ao qual estão subordinados todos os seminários católicos do mundo.

Indignação

Somente dia 10, a informação chegou às duas entidades, onde o clima era de revolta e indignação entre sacerdotes e estudantes. No Iter, as aulas foram suspensas, enquanto no Serene II, um retiro programado para ter início dia 10 à tarde teve que ser totalmente redefinido: "As instituições foram atingidas, mas não o foram as pessoas. Elas estão ilesas; não morreu ninguém e é nisso que precisa-

mos pensar", dizia o vice-reitor do Serene II, Luís Well, entre um telefonema e outro de solidariedade de companheiros do clero.

Enquanto o arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, passa férias em Roma - só volta no final do mês -, o arcebispo emérito Dom Hélder Câmara não escondia a irritação e a surpresa diante do fato consumado em sua humilde residência do bairro das Fronteiras, próximo ao Centro do Recife. Em Afo-

gados de Ingazeira, a 386 quilômetros do Recife, a reação do bispo local, Dom Francisco Austragésilo, não era diferente: "Vocês estão me passando um trote", disse, ao ser informado da notícia por telefone. Ele tem dez seminaristas em formação no Iter e no Seminário Regional do Nordeste II e não sabe onde colocá-los. "Com o fechamento dos dois seminários, não teremos mais onde formar padres progressistas", queixou-se um bispo do sertão de Pernambuco, que preferiu não se identificar. (JB, 2/9/89)

Ofensiva contra ensino aberto

Na realidade, o Vaticano já tinha opinião formada sobre as duas entidades, mas decidiu consumir a extinção do Iter e do Serene II, depois de um relatório preparado pelo visitador apostólico da região Nordeste II, no final de sua visita aos dois centros, que ocorreu entre os dias 6 e 11 de outubro do ano passado. O visitador foi o arcebispo de Belém, Dom Vicente Joaquim Zico, que tinha manifestado aos dirigentes locais das duas instituições simpatia pelo trabalho ali realizado. "Ele chegou a me dizer que o seu relatório seria favorável à manutenção, mas pelo que vimos isso não tem muito peso", desabafou Well.

Segundo a carta enviada à Arquidiocese de Olinda e Recife, a congregação chegou "à conclusão que o Serene II não corresponde à noção de seminário maior e não oferece as condições mínimas para a formação sacerdotal; e que o Iter não oferece uma formação intelectual adequada aos futuros sacerdotes, tanto do clero diocesano quanto do clero religioso".

A carta acrescenta que, "depois de maturada e prolongada reflexão", chegou-se à conclusão de que ambas as instituições devem ser fechadas "no mais tardar até o fim do ano corrente". Na correspondência, é solicitado a Dom José Cardoso que execute a determinação da Igreja, e é feita outra recomendação: "Os atuais seminaristas do Serene II deverão passar por um novo processo de discernimento vocacional e, verificada a sua sincera aceitação da identidade de sacerdote, proposta pelo magistério da Igreja e do regime do seminário maior, poderão talvez ser acolhidos, de acordo com o arcebispo de Olinda e Recife, no seu seminário arquidiocesano ou em algum seminário maior". Os seminários disponíveis ficam nos municípios de Olinda (em Pernambuco), Natal (Rio Grande do Norte) e Maceió (Alagoas) e seguem a linha conservadora, na qual os padres são mantidos em clausura e só estudam disciplinas eclesiais. (JB, 2/9/89)